



Alterações aos regimes de pagamento à Segurança Social e à Autoridade Tributária e Aduaneira

I - SEGURANÇA SOCIAL

I.1 – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES EM SITUAÇÃO DE CRISE EMPRESARIAL

Os empregadores de natureza privada que se encontrem em situação de crise empresarial (conforme artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março) que beneficiem dos apoios excecionais (vg., apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho, incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da atividade da empresa e, plano extraordinário de formação) podem ter direito à isenção total do pagamento das contribuições à Segurança Social a cargo da entidade empregadora, relativamente aos trabalhadores abrangidos pelos referidos apoios e membros dos órgãos estatutários, durante o período de vigência dos mesmos. Esta isenção tem a duração de um mês, sendo prorrogável mensalmente até um máximo de três.

Esta isenção é igualmente aplicável aos trabalhadores independentes que sejam entidades empregadoras beneficiárias das medidas e aos respetivos cônjuges. Note-se, contudo, que esta isenção de pagamento de contribuições aplicável aos trabalhadores independentes não afasta a obrigação de entrega da declaração trimestral.

A isenção do pagamento de contribuições relati-

vamente aos trabalhadores abrangidos é reconhecida oficiosamente, designadamente, com base na informação transmitida pelo IEFP, I. P.

I.2 – DIFERIMENTO DE PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES (ENTIDADES EMPREGADORAS E TRABALHADORES INDEPENDENTES)

Adicionalmente, instituiu-se o **direito ao diferimento do pagamento das contribuições a cargo das entidades empregadoras** (mantendo-se inalterada a obrigação de pagamento das quotas dos setores privado e social que cumpram os requisitos seguintes, por referência à declaração de remunerações relativa ao mês de fevereiro de 2020:

- ◆ Tenham menos de 50 trabalhadores; ou
 - ◆ Apresentem (e demonstrem durante o mês de julho de 2020, conjuntamente com uma certificação do contabilista certificado da empresa) uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e-fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média do período de atividade decorrido e:
- Tenham entre 50 e 249 trabalhadores; ou



➤ Tenham 250 ou mais trabalhadores, desde que se trate de:

- ❑ instituição particular de solidariedade social ou equiparada; ou
- ❑ setores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2 -A/2020, de 20 de março; ou
- ❑ setores da aviação e do turismo.

As contribuições da responsabilidade da entidade empregadora devidas nos meses de março, abril e maio de 2020 poderão ser pagas nos seguintes termos:

- ◆ Um terço do valor das contribuições é pago no mês em que é devido;
- ◆ O montante dos restantes dois terços é pago, sem juros, em três ou seis prestações iguais e sucessivas nos meses:
 - de julho, agosto e setembro de 2020; ou
 - de julho a dezembro de 2020.

Os trabalhadores independentes também podem beneficiar deste diferimento de pagamento de contribuições, sendo que o diferimento das contribuições devidas por estes aplica-se aos meses de abril, maio e junho de 2020 e as contribuições podem ser pagas nos mesmos termos acima referidos.

O pagamento em prestações não tem de ser requerido, bastando que, em julho de 2020, as entidades empregadoras indiquem na Segurança Social Direta qual a modalidade de pagamento que pretendem utilizar. Não resulta claro do diploma legal se os trabalhadores independentes terão de fazer igual opção durante o mês de julho.

I.3 – SUSPENSÃO DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL E DE PLANOS PRESTACIONAIS

Os processos de execução fiscal já instaurados ou a instaurar até 30 de junho de 2020 pela Segurança Social ficam suspensos até essa data, não sendo obrigatória a continuação de realização dos planos prestacionais.



II.1 – PAGAMENTO EM DIFERIDO DE PAGAMENTO POR CONTA, PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA E PAGAMENTO DE LIQUIDAÇÃO DE IRC

O Governo instituiu ainda as seguintes medidas que visam aliviar a tesouraria da **generalidade das empresas**:

- ◆ possibilidade de realização do pagamento especial por conta de março até 30 de junho de 2020, sem quaisquer acréscimos ou penalidades;
- ◆ possibilidade de a apresentação da declaração periódica de rendimentos de IRC e de o respetivo pagamento serem efetuados até 31 de julho de 2020, sem quaisquer acréscimos ou penalidades; e
- ◆ possibilidade de o primeiro pagamento por conta e de o primeiro pagamento adicional por conta, a efetuar em julho, poderem ser realizados até 31 de agosto de 2020.

II.2 – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE IVA E DE RETENÇÕES NA FONTE DE IRS E DE IRC

Para os sujeitos passivos (i) que em 2018 tenham tido um volume de negócios igual ou inferior a € 10.000.000,00, ou (ii) cuja atividade se enquadre nos setores encerrados pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou (iii) que tenham iniciado a respetiva atividade em ou após 1 de janeiro de 2019, **poderão pagar, em 3 ou 6 prestações mensais, sem juros nem necessidade de prestação de garantia, as seguintes obrigações fiscais do segundo trimestre de 2020:**

- ◆ Pagamento do IVA;
- ◆ Pagamento das retenções na fonte de IRS;
- ◆ Pagamento das retenções na fonte de IRC.

Para tanto é necessário apresentar o pedido de pagamento em prestações, por via eletrónica até à data limite de pagamento da respetiva obrigação.

A **primeira prestação** vencer-se-á na **data do cumprimento da obrigação** em causa e as **subsequentes na mesma data dos meses seguintes**.

Reconhecendo a possibilidade de a pandemia prejudicar fortemente a atividade de outras entidades que não cumpram os requisitos de atividade acima referidos, preveu-se a possibilidade de estes sujeitos passivos poderem beneficiar dos mesmos pagamentos em prestações mediante declaração

II - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

e demonstração de:

- ♦ uma diminuição da faturação comunicada no e-fatura de, pelo menos 20% na média dos três meses anteriores ao mês de cumprimento da obrigação fiscal, por comparação com o período homólogo do ano anterior;
- ♦ declaração de diminuição da faturação devidamente certificada por revisor oficial de contas ou por contabilista certificado.

II.3 – SUSPENSÃO DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL E DE PLANOS PRESTACIONAIS

Os processos de execução fiscal já instaurados ou a instaurar até 30 de junho de 2020 pela Autoridade Tributária e Aduaneira ficam suspensos até essa data, não sendo obrigatória a continuação de realização dos planos prestacionais.

Advogados:

Bruno Botelho Antunes

Lurdes Valinhas

Sílvia Cristina Reis

Contribuições - Segurança Social

Base Legal	Benefício	Entidades Beneficiárias	Requisitos	Comprovação / Documentação	Reconhecimento do direito
Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março de 2020	Isonção total do pagamento das contribuições relativas aos trabalhadores abrangidos pelo lay off simplificado à Segurança Social a cargo da entidade empregadora, durante um mês, prorrogável mensalmente até um máximo de 3	Empregadores, trabalhadores independentes e respetivos cônjuges	Quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40 % da faturação, nos 60 dias anteriores ao pedido a apresentar junto da segurança social com referência ao período homólogo ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média desse período	Declaração de empregador + certidão do contabilista certificado	Requerimento eletrónico apresentado pela entidade empregadora junto dos serviços da Segurança Social + comunicação, por escrito, aos trabalhadores da respetiva decisão, indicando a duração previsível, ouvidos os delegados sindicais e comissões de trabalhadores, quando existam + listagem nominativa dos trabalhadores abrangidos e respetivo número de segurança social
			Situação contributiva regularizada perante a Segurança Social		
			Situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira		
Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março de 2020	Pagamento faseado das contribuições da responsabilidade da entidade empregadora: 1/3 das contribuições devidas nos meses de março, abril e maio de 2020 no mês respetivo e 2/3 em 3 ou 6 prestações, sem juros	Entidades empregadoras dos setores privado e social que cumpram os requisitos seguintes, por referência à declaração de remunerações relativa ao mês de fevereiro de 2020:	Tenham menos de 50 trabalhadores	Declaração de remunerações relativa a fevereiro de 2020	Não sujeito a requerimento + Indicação pelas entidades empregadoras na Segurança Social Direta, em julho de 2020, de qual a modalidade de pagamento que pretendem utilizar
		Entidades empregadoras que sejam instituição particular de solidariedade social ou equiparada , ou pertença a um dos setores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2 -A/2020, de 20 de março ou pertença aos setores da aviação e do turismo	Tenham entre 50 e 249 trabalhadores , desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e -fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média do período de atividade decorrido	Declaração de remunerações relativa a fevereiro de 2020 + Comprovação em julho de 2020: E-fatura + certificação do contabilista certificado	
			Tenham 250 ou mais trabalhadores , desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e -fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média do período de atividade decorrido.	Declaração de remunerações relativa a fevereiro de 2020 + Comprovação em julho de 2020: E-fatura + certificação do contabilista certificado	
	Suspensão até 30 de junho de 2020 dos processos de execução fiscal já instaurados ou a instaurar até 30 de junho de 2020 pela Segurança Social, não sendo obrigatória a continuação de realização dos planos prestacionais	Todas as entidades com obrigações perante a Segurança Social(?)	Nenhum. Opera ope legis	Não aplicável	Opera ope legis

Contribuições - Autoridade Tributária e Aduaneira

Base Legal	Benefício	Entidades Beneficiárias	Requisitos	Comprovação / Documentação	Reconhecimento do direito
Despacho do SEAF n.º 104/2020	Pagamento especial por conta de março até 30 de junho de 2020, sem quaisquer acréscimos ou penalidades	Todos os sujeitos passivos	Nenhum. Opera <i>ope legis</i>	Não aplicável	Opera <i>ope legis</i>
	Apresentação da declaração periódica de rendimentos de IRC e de o respetivo pagamento serem efetuados até 31 de julho de 2020, sem quaisquer acréscimos ou penalidades				
	Primeiro pagamento por conta e de o primeiro pagamento adicional por conta, a efetuar em julho, poderem ser realizados até 31 de agosto de 2020				
Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março de 2020	Pagamento, em 3 ou 6 prestações mensais, sem juros nem necessidade de prestação de garantia , as seguintes obrigações fiscais do segundo trimestre de 2020: (i) Pagamento do IVA; (ii) Pagamento das retenções na fonte de IRS; e (iii) Pagamento das retenções na fonte de IRC.	Sujeitos passivos	que em 2018 tenham tido um volume de negócios igual ou inferior a € 10.000.000,001 de janeiro de 2019	Documentos comprovativos	Pedido de pagamento em prestações, por via eletrónica até à data limite de pagamento da respetiva obrigação
			cuja atividade se enquadre nos setores encerrados pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março	Documentos comprovativos	
			que tenham iniciado a respetiva atividade em ou após 1 de janeiro de 2019	Documentos comprovativos	
			que tenham verificado uma diminuição da faturação comunicada no e-fatura de, pelo menos 20% na média dos três meses anteriores ao mês de cumprimento da obrigação fiscal, por comparação com o período homólogo do ano anterior;	Declaração de diminuição de faturação + certidão emitida por revisor oficial de contas ou contabilista certificado	
	Suspensão de processos de execução até 30 de junho	Todos os sujeitos passivos / executados	Nenhum. Opera <i>ope legis</i>	Não aplicável	Opera <i>ope legis</i>
	Suspensão de planos prestacionais até 30 de junho				